



**98.** O devedor poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de

- (A) 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- (B) 2/3 (dois terços) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- (C) 3/4 (três quartos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- (D) metade de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

**99.** No Registro Público Empresarial,

(A) expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, a proteção ao nome empresarial caducará no prazo de 05 (cinco) anos.

(B) as alterações contratuais poderão ser efetuadas por escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.

(C) a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de 05 (cinco) anos consecutivos, deverá comunicar à Junta Comercial que deseja se manter em funcionamento.

(D) as procurações e os atos levados a arquivamento nas Juntas Comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

### CONHECIMENTOS GERAIS

**100.** Dentre as minorias étnico-religiosas perseguidas e massacradas mais recentemente ao redor do mundo, destacam-se os rohingyas. Esse conflito ocorre

- (A) na Somália, e os rohingyas fogem para a Etiópia.
- (B) em Mianmar, e os rohingyas fogem para Bangladesh.
- (C) no Brunei, e os rohingyas fogem para a Indonésia.
- (D) na Indonésia, e os rohingyas fogem para a Malásia.

### Versão 4 (GABARITO)

1 - B	2 - A	3 - D	4 - C	5 - A	6 - B	7 - A	8 - D	9 - D	10 - C
11 - D	12 - B	13 - B	14 - A	15 - C	16 - D	17 - C	18 - B	19 - B	20 - A
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - B	26 - A	27 - C	28 - B	29 - C	30 - D
31 - A	32 - C	33 - D	34 - C	35 - A	36 - B	37 - A	38 - C	39 - B	40 - C
41 - D	42 - C	43 - C	44 - D	45 - A	46 - A	47 - B	48 - D	49 - D	50 - C
51 - C	52 - B	53 - A	54 - D	55 - C	56 - C	57 - D	58 - A	59 - B	60 - D
61 - B	62 - C	63 - C	64 - B	65 - A	66 - D	67 - B	68 - D	69 - B	70 - A
71 - C	72 - A	73 - D	74 - A	75 - C	76 - B	77 - D	78 - B	79 - A	80 - C
81 - B	82 - B	83 - D	84 - C	85 - C	86 - D	87 - A	88 - D	89 - B	90 - B
91 - C	92 - A	93 - D	94 - B	95 - C	96 - A	97 - D	98 - A	99 - B	100 - B

### CRITÉRIO REMOÇÃO (PROVA REALIZADA AOS 04/03/2018)

#### VERSÃO 1

#### REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

**01.** A pretensão de reparação civil contra notários e oficiais de registro prescreve no prazo de:

- (A) 5 (cinco) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
- (B) 1 (um) ano, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
- (C) 10 (dez) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
- (D) 3 (três) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

**02.** De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, quando o documento contiver mais de duas páginas, a apostila será emitida por

- (A) página.
- (B) documento, salvo se o solicitante do serviço requerer de outra forma.
- (C) folha, cobrando-se um único ato para a frente e o verso.
- (D) página, cobrando-se metade do valor a partir da segunda página.

**03.** A reabilitação, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, alcançará somente

- (A) as penas de repreensão e multa.
- (B) a pena de repreensão.
- (C) as penas de multa e suspensão.
- (D) as penas de repreensão, multa e suspensão.

**04.** Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, após a investidura do titular em outra delegação pela aprovação em novo concurso, caso o início de exercício não ocorra no prazo de 30 (trinta) dias,

- (A) a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, permanecendo o titular na delegação anterior.
- (B) a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, sem revigorar a delegação anterior.
- (C) a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, instaurando-se procedimento administrativo disciplinar para aplicação de pena.
- (D) a investidura será tornada sem efeito, facultando-se nova investidura no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da delegação anterior.



- 05.** A Lei Estadual nº 11.331/2002 define a repartição da receita do Estado sobre os emolumentos, prevista na alínea “b” do inciso I do art. 19, sendo a maior parte destinada
- (A) ao Fundo Social de Solidariedade.
  - (B) à Fazenda do Estado.
  - (C) ao Fundo de Assistência Judiciária.
  - (D) ao custeio das diligências dos oficiais de justiça incluídas na taxa judiciária.
- 06.** De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a recepção de títulos e outros documentos encaminhados por via postal é
- (A) possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida por autenticidade.
  - (B) vedada.
  - (C) possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida, por semelhança ou por autenticidade.
  - (D) possível, desde que o formulário esteja acompanhado de xerocópia simples da cédula de identidade do signatário, dispensado o reconhecimento de firma.
- 07.** De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, caso o mandado de sustação de protesto seja apresentado no primeiro dia útil seguinte após a lavratura do protesto, o Tabelião
- (A) comunicará que o título ou o documento de dívida permanece no tabelionato, à disposição do Juízo respectivo.
  - (B) submeterá o caso à apreciação do Juiz Corregedor Permanente.
  - (C) o qualificará como ordem judicial de sustação dos efeitos do protesto, com pronta comunicação ao Juízo respectivo, salvo se constar expressa proibição no mandado.
  - (D) comunicará ao Juízo respectivo que a ordem não pôde ser cumprida, salvo se constar expressa previsão de cumprimento como ordem de sustação dos efeitos do protesto.
- 08.** Conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Tabelião expedirá certidão de protesto cancelado mediante
- (A) requerimento escrito do próprio devedor ou ordem judicial.
  - (B) ordem judicial, a requerimento escrito do devedor.
  - (C) requerimento escrito de qualquer interessado.
  - (D) requerimento, verbal ou escrito, de qualquer interessado.
- 09.** No Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o registro da constituição de sociedade de advogados
- (A) será comunicado ao respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.
  - (B) depende da comprovação do pedido de inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.
  - (C) conterà a indicação de que é necessária a inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.
  - (D) é vedado.
- 10.** Não se admite a constituição de fundação de direito privado para fins de
- (A) segurança alimentar e nutricional.
  - (B) promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.
  - (C) habitação de interesse social.
  - (D) atividades religiosas.
- 11.** Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos que pretenda utilizar sistema de microfilmagem na serventia deverá
- (A) estar autorizado pelo órgão competente do Ministério da Justiça.
  - (B) obter autorização do Juiz Corregedor Permanente.
  - (C) efetuar comunicação ao Juiz Corregedor Permanente.
  - (D) efetuar comunicação ao órgão competente do Ministério da Justiça e ao Juiz Corregedor Permanente.
- 12.** No Registro de Títulos e Documentos, salvo má-fé, devidamente comprovada, o Oficial
- (A) não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, nem pelos erros ou vícios no processo do registro.
  - (B) não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, por vícios extrínsecos ou pelos erros ou vícios no processo do registro.
  - (C) será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, bem como pelos erros ou vícios no processo do registro.
  - (D) não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.
- 13.** No registro de imóveis, a escritura de compra e venda com condição resolutiva por falta de pagamento
- (A) poderá ser registrada na matrícula, seguida da averbação da cláusula resolutiva por falta de pagamento.
  - (B) poderá ser registrada na matrícula, desde que, no próprio ato do registro, conste a condição de sua resolução, em caso de falta de pagamento.
  - (C) poderá ser registrada como compra e venda pura, considerando-se como não escrito o pacto comissório vedado em lei.
  - (D) não poderá ser registrada em razão da vedação legal de cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, em caso de falta de pagamento.



- 14.** Em relação à alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que  
(A) não poderá ter como objeto imóvel submetido ao Registro Torrens.  
(B) somente poderá ser contratada no momento da aquisição do imóvel.  
(C) somente poderá ter como objeto a propriedade ou o domínio útil.  
(D) poderá ser contratada por qualquer pessoa, independentemente de estar esta autorizada a operar no Sistema Financeiro Imobiliário ou ser Instituição Financeira.
- 15.** Em relação à usucapião extrajudicial,  
(A) a falta de anuência expressa do confinante notificado faz presumir a sua discordância, inviabilizando o registro.  
(B) no caso de o imóvel ser unidade autônoma em condomínio edilício, fica dispensada a apresentação da planta e memorial descritivo.  
(C) por ser aquisição originária, sempre uma nova matrícula deverá ser aberta para o seu registro.  
(D) não basta o notificado não ser encontrado, sendo necessário que o oficial se valha de todos os meios de localização; frustradas as diligências, este certificará estar o notificado em lugar incerto ou não sabido e promoverá a publicação de editais.
- 16.** Quando, no registro de aquisição constante da matrícula, faltarem os elementos de identificação unívoca do comprador, como os números do CPF e do RG, a qualificação de uma escritura de compra e venda do imóvel, que tenha por objeto o imóvel desta matrícula, deverá ser precedida de averbação para a inserção desses dados com base  
(A) nos elementos já constantes da escritura, visto que os mesmos já foram verificados pelo Tabelião.  
(B) na decisão judicial, visto caber ao juiz corregedor permanente verificar a coincidência da identidade do vendedor com aquele constante do registro.  
(C) em documentos oficiais, cabendo ao registrador a responsabilidade de verificar a correta identificação.  
(D) em qualquer documento idôneo a critério e responsabilidade do oficial.
- 17.** No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, o par de chaves criptográficas será gerado  
(A) pela Autoridade de Registro (AR), na presença do titular.  
(B) pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.  
(C) em conjunto pela Autoridade de Registro (AR) e pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.  
(D) sempre pelo próprio titular.
- 18.** Com relação às certidões expedidas pelo registrador de imóveis,  
(A) quando tiverem por objeto imóvel matriculado, deverão ser de inteiro teor da matrícula.  
(B) não poderão ter como objeto inteiro teor de título devolvido cuja prenotação esteja cancelada por decurso de prazo.  
(C) poderão ser fornecidas no prazo de 5 (cinco) dias, inclusive as emitidas de forma eletrônica.  
(D) caberá exclusivamente ao oficial escolher a melhor forma para a sua expedição, mesmo existindo pedido expresso, especificando determinada forma.
- 19.** A Regularização Fundiária Urbana (Reurb)  
(A) poderá ser realizada nos imóveis rurais com uso e características urbanas, cuja área seja inferior à fração mínima de parcelamento, tanto na modalidade Reurb-S quanto na Reurb-E.  
(B) poderá ser realizada somente nos imóveis situados em área urbana ou de expansão urbana.  
(C) não poderá ser realizada em área de preservação permanente, área de unidade de conservação de uso sustentável ou área de proteção de mananciais.  
(D) desde que com autorização da autoridade militar competente, poderá ser realizada em área indispensável à segurança nacional ou de interesse da defesa.
- 20.** No procedimento de retificação da descrição do terreno perante o registro de imóveis, em havendo impugnação por parte de um dos confrontantes notificados,  
(A) entendendo ser essa fundamentada, o registrador deverá ouvir, no prazo de 5 (cinco) dias, o requerente e o profissional que houver assinado a planta e, após, encaminhar os autos ao Juiz Corregedor Permanente.  
(B) o registrador deverá intimar o requerente e o profissional que houver assinado a planta, para se manifestarem; se as partes não formalizarem transação, o cabimento da impugnação será por ele examinado.  
(C) deverá o registrador encaminhar os autos ao Corregedor Permanente, a quem cabe examiná-la.  
(D) o registrador deverá rejeitá-la de plano, se entender, em ato fundamentado, ser ela infundada e prosseguir na retificação caso o impugnante não recorra no prazo de 10 (dez) dias.
- 21.** Em relação às consultas por meio eletrônico no registro de imóveis, é correto afirmar que elas  
(A) poderão tanto ser feitas pela internet, quanto pela Central Registradores de Imóveis, ou por meio de página mantida pela própria serventia.  
(B) poderão também ser feitas por meio de correio eletrônico, sendo obrigatório que as respostas por esse meio sejam sempre assinadas eletronicamente.  
(C) poderão também ser feitas por terminal de autoatendimento, desde que operado e mantido dentro das dependências físicas da serventia.  
(D) somente poderão ser feitas por meio da Central Registradores de Imóveis.
- 22.** Com relação ao Livro nº 5 – Indicador Pessoal do Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.  
(A) A critério do oficial, poderá ser escriturado por meio de fichas arquivadas em ordem alfabética.  
(B) Somente poderá ser escriturado eletronicamente em forma de banco de dados relacional.  
(C) Mesmo mantendo banco de dados relacional, será obrigatória a utilização em paralelo de fichas arquivadas em ordem alfabética.  
(D) Nos termos do art. 3º da Lei nº 6.015/1973, poderá ser escriturado em livros encadernados.



**23.** Em relação ao registro de imóveis, assinale a alternativa correta.

(A) Os imóveis dados em garantia na cédula rural hipotecária devem estar todos localizados em uma mesma circunscrição imobiliária.

(B) A nota de crédito rural é registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar, da circunscrição da situação do imóvel destinatário do financiamento, salvo se o emitente for uma cooperativa.

(C) Em uma mesma cédula de crédito rural, não podem ser dadas em garantia bens móveis e imóveis, simultaneamente, devendo ser emitida uma cédula rural pignoratícia, no primeiro caso, e uma cédula rural hipotecária, no segundo.

(D) A nota de crédito rural, por ser um título de crédito sem qualquer garantia real, não tem acesso ao registro de imóveis.

**24.** Quanto à emancipação, é correto afirmar que será

(A) registrada no Livro E, apenas na hipótese decorrente de sentença judicial.

(B) registrada no Livro E.

(C) obrigatoriamente averbada no Livro A, tanto nos casos estabelecidos por concessão dos pais mediante escritura pública, como também nas hipóteses decorrentes de sentença judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos.

(D) averbada no Livro A, quando oriunda de concessão dos pais e formalizada por instrumento público.

**25.** Em relação à morte presumida, é correto afirmar que

(A) do registro da sentença de declaração da morte presumida não deverá constar a data provável do falecimento.

(B) será lavrado no Livro E o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, mediante o cumprimento de mandado judicial, expedido nos autos de justificação, quando esteja provada a presença daquela pessoa no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

(C) será registrada no Livro E, quanto ao ausente, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.

(D) o registro da morte presumida não tem aptidão para dissolver o casamento válido.

**26.** Em relação ao registro da interdição, é correto afirmar que

(A) o registro da sentença de interdição será levado a efeito no domicílio do interdito.

(B) o nubente interdito, seja qual for a data ou os limites da interdição, não poderá contrair casamento.

(C) não se fará menção ao lugar onde está internado o interdito, ainda que a sentença apresente de forma explícita tal informação.

(D) o Registro Civil com atribuição para registrar a interdição é o da comarca em que foi proferida a sentença.

**27.** Em relação ao registro da ausência, é correto afirmar que

(A) a partir do registro da sentença declaratória de ausência, considera-se legalmente morto o ausente.

(B) o registro da sentença declaratória que nomear curador será feito no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição.

(C) a abertura de sucessão provisória não poderá ser objeto de averbação no registro de ausência.

(D) após efetivado o registro de ausência, deverá o Registrador Civil, no prazo de 5 (cinco) dias, promover a devida comunicação à serventia detentora dos registros de nascimento e, ou, de casamento do ausente, ficando dispensado de realizar as remissões recíprocas de anotação, na hipótese de os assentos primitivos encontrarem-se registrados na sua própria unidade de serviço.

**28.** No que se refere ao registro de união estável, resta autorizado afirmar que

(A) terão ingresso no Livro E apenas os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento de união estável, ao passo que as escrituras públicas de contrato de união estável, após prévia habilitação, serão registradas no Livro B-auxiliar.

(B) o registro das sentenças de união estável serão automaticamente convertidos em casamento após o prazo de 15 (quinze) dias, verificando-se a inexistência de impedimentos ou causas suspensivas.

(C) não poderá ser promovido o registro de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, ressalvados os casos em que a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.

(D) não se fará menção, no registro, do nome que os companheiros passam a ter em virtude da união estável, mesmo que a sentença declaratória de reconhecimento ou a escritura pública de contrato assim disponham.

**29.** Com relação à adoção, assinale a alternativa correta.

(A) A adoção do maior de 18 (dezoito) anos independe da assistência efetiva do poder público e, ou, de sentença constitutiva.

(B) A adoção unilateral do menor ou do maior será averbada sem cancelamento do registro original.

(C) A certidão de nascimento de inteiro teor de pessoa adotada que ainda não atingiu a maioridade somente poderá ser fornecida aos seus pais adotivos e a mais ninguém, independentemente de autorização judicial, mas com o arquivamento no classificador próprio do respectivo pedido, devidamente assinado e com firma reconhecida.

(D) Após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a adoção do maior passou a ser estabelecida exclusivamente por escritura pública, não se permitindo, entretanto, a adoção por procuração.

**30.** No que se refere às averbações, assinale a alternativa correta.

(A) A averbação será feita pela Unidade de Serviço em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

(B) Nos casos de averbação relativa aos programas de proteção às vítimas e testemunhas de que trata o art. 57, § 7º da Lei de Registros Públicos, em nenhuma hipótese serão os dados excluídos da Central de Informações do Registro Civil – CRC.

(C) Poderá ser averbada no Livro A a suspensão do poder familiar, decretada liminarmente pela autoridade judiciária, sem menção ao trânsito em julgado.

(D) No âmbito do Registro Civil, são inadmissíveis as averbações requeridas pelos próprios interessados, uma vez se tratar de matéria reservada ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.



**31.** A respeito dos atos que alteram o conteúdo ou os efeitos do casamento, assinale a proposição correta.

- (A) Na averbação de divórcio decorrente de escritura pública, conforme a Lei nº 11.441/2007, não será facultado ao cônjuge a retomada de seu nome de solteiro, uma vez que o acordo entre as partes não poderá envolver a alteração de nome.
- (B) A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos, e, ou, partilha de bens, independe de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Inexistindo bens a partilhar, dispensa-se o trânsito em julgado para a averbação das sentenças de separação judicial e divórcio litigioso.
- (D) O restabelecimento da sociedade conjugal pode ser feito por escritura pública, ainda que a separação tenha sido judicial, porém, a averbação do restabelecimento somente poderá ser efetivada depois de averbada a separação, podendo ser simultâneas.

**32.** Quanto às retificações administrativas processadas no âmbito do Registro Civil das Pessoas Naturais, afirma-se corretamente que

- (A) o Registrador Civil retificará o assento, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento, mediante petição assinada pelo interessado, independentemente de prévia autorização judicial ou da manifestação do Ministério Público, nos casos de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.
- (B) a correção dos erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, submetendo-se o feito ao órgão do Ministério Público e, igualmente, à conclusão do Juiz Corregedor Permanente.
- (C) os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício, pelo Registrador Civil, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, após manifestação conclusiva do Ministério Público.
- (D) o art. 110 da Lei de Registros Públicos foi revogado, conservando-se unicamente a via judicial para a obtenção das retificações.

**33.** A respeito dos traslados de assentos lavrados em país estrangeiro, é correto afirmar que

- (A) a autorização para o traslado será concedida na esfera administrativa pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (B) os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1ª Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado, sem necessidade de autorização judicial.
- (C) a autorização para o traslado será concedida exclusivamente pela via jurisdicional.
- (D) os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, de qualquer serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais localizada no território nacional, ou, na hipótese de o brasileiro residir no exterior, no 1ª Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal.

**34.** Quanto ao registro de nascimento, assegura-se como verdadeira a seguinte proposição:

- (A) no caso do indígena, integrado ou não, o Registrador Civil não admitirá a utilização de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo o seu portador, facultado, entretanto, o lançamento de sua etnia como sobrenome.
- (B) todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser objeto de assentamento no Registro Civil das Pessoas Naturais, inclusive o do indígena não integrado.
- (C) a naturalidade do registrando deverá ser lançada no assento de nascimento, podendo corresponder ao município em que ocorreu o parto, ou, ainda, sob a opção do declarante, ser escolhido o município de residência da mãe, localizado ou não no território nacional.
- (D) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, nos casos em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país, no Brasil, deverão ser efetuados no Livro E, mediante a ressalva de que o registrado não possui a nacionalidade brasileira.

**35.** Quanto à escrituração dos Livros do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar:

- (A) para facilidade do serviço, podem os livros ser escriturados em folha do tipo A4, destinando-se a frente e o verso de cada folha para um único assento, facultando-se a utilização de etiquetas adesivas para a prática das anotações à margem dos assentos, atendidas as exigências normativas.
- (B) os números de ordem dos registros serão interrompidos no fim de cada livro, reiniciando-se, nos seguintes da mesma espécie.
- (C) os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Registrador Civil ou por seus prepostos, facultando-se a cada Unidade de Serviço a livre escolha dos modelos a serem utilizados.
- (D) findando-se um livro, conserva-se o seu número, promovendo-se a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinitivamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ. 2-BA a 2-BZ, etc.

**36.** A respeito da publicidade e das certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que

- (A) apesar de facultativa, recomenda-se a inserção do número de matrícula nas certidões, evidenciando-se, por meio de seus algarismos, o código nacional da serventia, o código do acervo, o código 55, vinculado ao registro civil, o ano do registro, o tipo de livro, os números do livro, da folha e do termo, além do dígito verificador.
- (B) o Registrador Civil goza de independência no exercício de suas atribuições, não sendo obrigado a emitir certidão do lhe for requerido.
- (C) por intermédio da Central de Informações do Registro Civil – CRC permite-se ao Registrador Civil a emissão de certidões eletrônicas.
- (D) a certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos, sendo que, neste último caso, na hipótese de inexistir especificação no pedido, ficará dispensado o Registrador Civil de mencionar eventual alteração do registro, quer seja advinda de averbação ou anotação.



**37.** De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas é o responsável pelo ato notarial praticado:

(A) apenas quando subscrito por ele.

(B) tanto por sua redação, quanto por seu conteúdo jurídico, mesmo quando lavrado pelos substitutos.

(C) apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; a redação do ato é responsabilidade do escrevente responsável pela lavratura.

(D) apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; quanto à redação do ato, a responsabilidade do Tabelião de Notas é subsidiária à responsabilidade do preposto escrevente que o lavrou.

**38.** De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a abertura e o encerramento dos livros e a rubrica das respectivas folhas competem

(A) exclusivamente ao Tabelião de Notas.

(B) ao Tabelião de Notas e, apenas nas suas ausências e impedimentos, ao seu substituto legal.

(C) ao Tabelião de Notas ou ao seu substituto legal.

(D) ao Tabelião de Notas, seus substitutos ou escrevente autorizado.

**39.** No Estado de São Paulo, as Normas da Corregedoria Geral da Justiça determinam que, lavrada a escritura pública, a coleta das respectivas assinaturas das partes poderá ocorrer

(A) em até 15 (quinze) dias.

(B) em até 60 (sessenta) dias.

(C) somente no momento da lavratura do ato.

(D) em até 30 (trinta) dias.

**40.** Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, afirma-se que:

I - O testamento cerrado escrito pelo testador, ou por outra pessoa a seu rogo, e assinado pelo testador, deve ser apresentado ao Tabelião de Notas, na presença de três testemunhas, com a declaração de que aquele é seu testamento e que o quer aprovado.

II - O Tabelião de Notas deverá numerar e rubricar todas as páginas do testamento cerrado.

III - Lavrado o auto de aprovação do testamento cerrado, este será assinado apenas pelo Tabelião de Notas.

IV - O testamento cerrado é vedado aos que não sabem ou não podem ler.

V - O Tabelião de Notas, ou seu substituto legal, na presença do testador e das testemunhas, iniciará, imediatamente após a última palavra, e no próprio instrumento do testamento, a lavratura do auto de aprovação do testamento cerrado.

Estão corretos os itens:

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, III, IV e V, apenas.

(C) I, II, III, IV e V.

(D) II, IV e V, apenas.

**41.** No Estado de São Paulo, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, as certidões de escrituras públicas de testamento serão expedidas,

(A) a qualquer tempo, a pedido de qualquer interessado, independentemente do interesse jurídico de quem a solicite.

(B) enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial.

(C) enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

(D) enquanto não comprovado o falecimento do testador, somente mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

**42.** De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **incorreta** no que diz respeito à escrituração dos atos notariais.

(A) Os atos notariais, redigidos obrigatoriamente na língua nacional, serão manuscritos, datilografados ou impressos nos livros de notas.

(B) Se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.

(C) A cláusula em tempo não é admitida, ainda que exarada antes da assinatura das partes e dos demais comparecentes.

(D) A escrituração far-se-á apenas em cor azul ou preta indelével.

**43.** Sobre a escrituração dos atos notariais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) Pelo ato notarial incompleto serão devidos os emolumentos e as custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

(B) O Tabelião de Notas poderá não subscrever o ato notarial, embora já assinado pelas partes e pelos demais comparecentes, sem necessidade de expor suas razões por escrito.

(C) Os espaçamentos entre as linhas e as tabulações não precisam ser rigorosamente iguais até o encerramento do ato.

(D) As atas notariais poderão conter imagens coloridas, mas não poderão conter expressões em outras línguas ou alfabetos.



**44.** Quanto à ficha-padrão e ao reconhecimento de firmas, e nos termos da Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

- (A) é permitido o reconhecimento de firma em documentos sem data ou que contenham, no contexto, espaços em branco.
- (B) o preenchimento do cartão de firmas deve ser feito na presença de Tabelião de Notas ou do escrevente que deve conferi-lo e visá-lo.
- (C) apenas os maiores de 18 anos, ou menores emancipados, poderão abrir ficha-padrão.
- (D) é vedado o reconhecimento de firmas em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, mesmo se adotados os caracteres comuns.

**45.** Conforme a Lei Federal nº 8.935/94, é correto afirmar que

- (A) é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- (B) o Tabelião de Notas pode praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu a delegação.
- (C) é vedado ao Tabelião de Notas realizar gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais.
- (D) o Tabelião pode realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, e poderá cobrar por esses atos.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**46.** No que concerne ao *habeas data*, assinale a alternativa correta.

- (A) É cabível quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (B) É incabível para mera retificação ou complementação de dados a respeito da pessoa do impetrante.
- (C) É indispensável para sua impetração o recolhimento integral das custas judiciais e a constituição de advogado.
- (D) Pode ser concedido para assegurar acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de banco de dados de pessoas jurídicas que prestem serviço de interesse público.

**47.** Um tratado internacional, ratificado pelo Brasil, que verse sobre títulos de crédito, tem valor hierárquico de

- (A) lei ordinária.
- (B) lei complementar.
- (C) norma constitucional.
- (D) emenda constitucional.

**48.** Patrick, irlandês, reside no Brasil há mais de dez anos e é casado com uma brasileira. Ele ajuíza ação popular para anular um ato lesivo ao meio ambiente. Considerando esse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação é incabível, pois não se subsume a nenhuma das hipóteses previstas para o seu ajuizamento.
- (B) O autor deverá providenciar o recolhimento integral das custas judiciais, como requisito indispensável para a propositura da demanda.
- (C) O autor é parte ilegítima para propor a demanda.
- (D) O autor carece de interesse processual, devendo ajuizar ação de perdas e danos em face do responsável pelo ato lesivo.

**49.** Sobre a Organização do Estado da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios Federais, todos autônomos, nos termos da Constituição da República.
- (B) a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada e aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (C) nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.
- (D) o Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, é regido pela Constituição Distrital e tem a competência legislativa exclusiva reservada aos Estados.

**50.** Compete privativamente à União legislar sobre:

I - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

II - registros públicos.

III - desapropriação.

IV - previdência social, proteção e defesa da saúde.

Assinale a alternativa com os itens corretos.

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) II e IV.

(D) I e III.

**51.** A respeito dos servidores públicos, é correto afirmar que

- (A) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- (B) os servidores públicos estáveis perderão o cargo por decisão judicial do 2º grau de jurisdição, mesmo sem trânsito em julgado.
- (C) o servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (D) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se a regra geral de aposentadoria do servidor público civil.



- 52.** Sobre a emenda à Constituição da República, é correto afirmar que
- (A) a proposta poderá ser apresentada por um terço das Assembleias Legislativas das unidades de Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
  - (B) a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.
  - (C) a emenda à Constituição será promulgada pela Presidência da República, com o respectivo número de ordem.
  - (D) a proposta poderá ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- 53.** Entre os preceitos constitucionais da educação, está
- (A) a educação básica obrigatória e gratuita, dos 3 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
  - (B) o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
  - (C) a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.
  - (D) a obrigatoriedade de o ensino fundamental regular ser ministrado exclusivamente em língua portuguesa, inclusive nas comunidades indígenas.
- 54.** A respeito do estado de sítio, é correto afirmar que
- (A) pode ser decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou no caso de declaração e guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
  - (B) pode o Presidente da República decretar o estado de sítio, ouvidos previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
  - (C) é decretado por prazo indeterminado e o seu decreto indicará as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais, que ficarão suspensas.
  - (D) deve o Presidente da República solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar ou prorrogar o estado de sítio, com a exposição dos motivos determinantes do pedido, por prazo inicial de trinta dias, cabendo ao Congresso Nacional decidir por maioria simples.
- 55.** Assinale a alternativa correta.
- (A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social.
  - (B) O trabalhador, o aposentado e o pensionista pelo regime geral da previdência sujeitam-se à contribuição social para o financiamento da seguridade social.
  - (C) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
  - (D) A seguridade social será financiada pelo Poder Público, de forma direta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

- 56.** Quanto à Administração direta e indireta, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração indireta é composta exclusivamente por pessoas jurídicas que podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado.
  - (B) As fundações públicas integram a Administração direta.
  - (C) A autarquia somente desempenha funções de caráter econômico voltadas ao melhor funcionamento da gestão administrativa e financeira.
  - (D) A Presidência da República, por ser um órgão superior do Executivo, não integra a Administração direta.
- 57.** Com relação ao ato administrativo, é correto afirmar:
- (A) o ato administrativo depende da concordância tácita do administrado para imposição de obrigações ao mesmo.
  - (B) a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.
  - (C) é incompatível com o regime jurídico do ato administrativo a subordinação de seus efeitos a evento futuro e certo.
  - (D) o ato administrativo, assim que praticado, pode ser imediatamente executado pela Administração.
- 58.** No âmbito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que
- (A) não é permitido à Administração proceder à extinção do contrato administrativo de forma amigável ou administrativa, representado por acordo entre as partes.
  - (B) imposição de sanções pela Administração ao contratado inadimplente independe da propositura de processo judicial para esse fim.
  - (C) a Administração não pode efetuar a alteração unilateral do contrato, ante a necessidade do acordo de vontades.
  - (D) a Administração poderá declarar a extinção unilateral do contrato sem a necessidade de invocar qualquer fundamento.
- 59.** Em conformidade às decisões da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ocorrendo o não provimento de recurso administrativo interposto em face de decisão disciplinar do Juiz Corregedor Permanente, pela Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar que
- (A) não há previsão normativa da interposição de recurso administrativo perante outro órgão administrativo.
  - (B) cabe interposição de recurso administrativo perante a Presidência do Tribunal de Justiça.
  - (C) cabe a interposição de recurso administrativo perante a Câmara Especial do Tribunal de Justiça.
  - (D) cabe interposição de recurso perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.



- 60.** Com relação à coisa julgada administrativa, no âmbito do processo administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) Após o decurso do prazo para interposição de recursos em face da decisão final do processo administrativo, pode ocorrer reexame do mérito da questão pela Administração.
- (B) A coisa julgada administrativa impede a alteração da decisão administrativa pela própria Administração.
- (C) Configurada a coisa julgada administrativa, não é possível sua modificação em processo judicial.
- (D) A coisa julgada administrativa somente é passível de modificação em benefício do administrado.
- 61.** Os Notários e Oficiais de Registro, no Estado de São Paulo, podem requerer a reabilitação das penas disciplinares de repreensão, multa e suspensão, após o decurso do prazo de
- (A) um ano do cumprimento da pena.
- (B) cinco anos do cumprimento da pena.
- (C) três anos do cumprimento da pena.
- (D) dois anos do cumprimento da pena.
- 62.** Para caracterização do ato de improbidade que importe em enriquecimento ilícito, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar:
- (A) ser dispensável a presença do dano ao erário.
- (B) a caracterização do ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito pode decorrer de culpa ou dolo.
- (C) imprescindível a presença de dano material à Administração.
- (D) o sujeito ativo do ato de improbidade, que importe em enriquecimento ilícito, pode ser somente agente público.
- 63.** A impossibilidade do Notário ou Registrador negar o atendimento a qualquer usuário do serviço público encerra a concretização do seguinte princípio do regime jurídico dos serviços públicos:
- (A) modicidade da remuneração do serviço público.
- (B) eficiência do serviço público.
- (C) igualdade ou generalidade do serviço público.
- (D) continuidade do serviço público.
- 64.** Os recursos administrativos relativos a dúvidas registrárias, decididas pelo Juiz Corregedor Permanente, apresentados perante o Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, têm a natureza jurídica de
- (A) pedido de reconsideração.
- (B) recurso hierárquico próprio.
- (C) agravo interno.
- (D) recurso hierárquico impróprio.
- 65.** No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a competência para o julgamento de Processo Administrativo Disciplinar em face de Titular de Delegação de Serviço Notarial ou de Registro
- (A) é da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
- (B) é do Plenário do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) é da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) é das Comissões Permanentes eleitas pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

- 66.** A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.
- (A) A alíquota de qualquer tributo somente poderá ser alterada por força de lei.
- (B) As taxas estão submetidas apenas à anterioridade de exercício, mas não se vinculam à anterioridade nonagesimal.
- (C) As contribuições sociais poderão ser exigidas após 90 (noventa) dias da lei que as instituiu ou modificou, sendo inaplicável a anterioridade de exercício.
- (D) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.
- 67.** Assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da anterioridade não deve ser observado em relação aos emolumentos.
- (B) Em relação aos emolumentos, a competência tributária poderá ser delegada ao Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo.
- (C) São sujeitos passíveis por substituição, no que se refere aos emolumentos, os notários e registradores.
- (D) Os serviços notariais e de registros são exercidos em caráter privado, sendo, portanto, vedada a instituição de isenções tributárias em relação aos emolumentos.
- 68.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Os emolumentos possuem natureza jurídica de taxa.
- (B) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos.
- (C) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- (D) As pessoas jurídicas não podem ser consideradas contribuintes dos emolumentos.
- 69.** De acordo com o Código Tributário Nacional,
- (A) não se interpreta de maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que define infrações.
- (B) o emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo ainda não previsto em lei.
- (C) o emprego de equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
- (D) interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.



**70.** Sobre o Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e Doação – ITCMD – assinale a opção correta.

- (A) Se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, a instituição do imposto será regulada por decreto legislativo estadual.
- (B) Terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar.
- (C) No que diz respeito a bens móveis, títulos e créditos, o imposto compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (D) Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.

**71.** Constitui tributo não vinculado a qualquer atividade estatal específica em relação ao contribuinte:

- (A) imposto.
- (B) taxa.
- (C) contribuição de melhoria.
- (D) tarifa.

## DIREITO CIVIL

**72.** No que se refere ao casamento celebrado mediante procuração, assinale a alternativa correta.

- (A) O estrangeiro não pode se casar no Brasil mediante procuração, se sua lei nacional apresentar disposição legal em sentido contrário.
- (B) Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.
- (C) A outorga da procuração deve se dar por instrumento público, com poderes especiais, e eventual revogação do mandato precisa chegar ao conhecimento do mandatário para produzir efeitos.
- (D) No casamento nuncupativo, nenhum dos nubentes pode se fazer representar por mandatário.

**73.** Tibério, viúvo, tem sessenta anos de idade, sofre de problemas cardíacos e dispõe de uma única fonte de renda, consistente nos proventos de sua aposentadoria, no valor de um salário-mínimo. Possui quatro filhos, Floriano, Júlio, Caio e Adriano, todos maiores e capazes e pretende ajuizar uma ação de alimentos, visando ao arbitramento de uma pensão alimentícia no valor correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso, é correto afirmar que o alimentando

- (A) pode ajuizar a ação contra um dos filhos, mas para postular o pagamento de um quarto daquele valor, pois a obrigação é divisível.
- (B) pode ajuizar a demanda em face de apenas um dos filhos, pleiteando o pagamento integral daquele valor, pois a obrigação alimentar é solidária.
- (C) deve ajuizar a demanda contra os quatro filhos, respondendo cada um deles por um quarto do montante pleiteado.
- (D) pode ajuizar a ação em face de qualquer um dos filhos, mas este poderá pleitear a denunciação da lide aos outros filhos, pois a obrigação é divisível.

**74.** Tito e Flávia, em 7 de março de 2017, firmaram pacto antenupcial, mediante escritura pública, adotando o regime da separação de bens. Em 7 de outubro do mesmo ano, convolveram núpcias, mas não levaram a registro a convenção antenupcial. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, pois o registro é indispensável para que produza efeitos.
- (B) o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, porque o casamento foi celebrado após o prazo de noventa dias da lavratura da escritura pública.
- (C) o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges, seus herdeiros, bem como perante terceiros, retroagindo seus efeitos à data da celebração da convenção.
- (D) o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges e seus herdeiros, porém não produzirá efeitos perante terceiros.

**75.** Configura-se a adenção quando

- (A) os quinhões dos herdeiros testamentários ou legatários são acrescidos com o quinhão do coerdeiro testamentário ou do colegatário excluído da sucessão.
- (B) há a extensão do legado às benfeitorias que venham a ser feitas no imóvel legado, após o testamento.
- (C) o testador, de modo expresso ou tácito, no mesmo testamento ou em outro posterior, revoga o legado.
- (D) aberta a sucessão, designa-se o herdeiro sucessível para quem se transferirão os direitos e obrigações de titularidade do falecido.

**76.** Ocorre o rompimento do testamento

- (A) com a superveniência de descendente sucessível ao testador, que não o tinha ou não o conhecia quando testou, se aquele descendente sobreviver ao autor do testamento.
- (B) por ato voluntário do testador, revogando expressamente o testamento anterior.
- (C) por violação do lacre do testamento cerrado, após a conclusão do auto de aprovação, acarretando sua revogação.
- (D) com a pré-morte do herdeiro sucessível ou a inexistência de bens a serem herdados.

**77.** Configura-se a erepção quando

- (A) o sucessor indigno é obrigado a restituir os bens ereptícios que recolheu no momento da abertura da sucessão.
- (B) o testador, que não possui herdeiros necessários, dispõe de todo o seu patrimônio sem contemplar os herdeiros facultativos.
- (C) inexistindo testamento e não havendo herdeiros sucessíveis, ou tendo todos eles renunciado, a herança passa ao domínio do Município ou do Distrito Federal.
- (D) aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança é admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.



- 78.** Cícero faleceu, *ab intestato*, sem deixar cônjuge ou companheira supérstite, descendentes e nem genitores vivos. Deixou, todavia, um avô paterno e um bisavô – pai de sua avó paterna premorta – bem como dois avós maternos. Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta relativa à divisão da herança.
- (A) A divisão se fará por estirpe, recebendo o avô paterno metade da herança, por representação do pai premorto do autor da herança, afastando da sucessão o ascendente de grau mais remoto. A outra metade será destinada aos avós maternos, por representação da mãe premorta do *de cuius*, cabendo a cada um destes 1/4 (um quarto) do acervo hereditário.
- (B) A divisão se fará por linha, metade da herança será destinada ao avô paterno e a outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) a cada um destes.
- (C) A divisão se fará por linhas, metade da herança será destinada à linha paterna, cabendo 1/4 (um quarto) para o avô paterno e 1/4 para o bisavô, que herdará por direito de representação. A outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) da herança para cada um destes.
- (D) A divisão se fará por cabeça, cabendo a cada um dos três avós vivos 1/3 (um terço) do acervo hereditário.
- 79.** No que concerne ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.
- (A) O estado de perigo acarreta a nulidade do negócio jurídico, uma vez comprovada a onerosidade excessiva da obrigação e o conhecimento do perigo pela outra parte.
- (B) Os institutos da lesão e da onerosidade excessiva coadunam-se com o princípio da função social do contrato.
- (C) A integração do negócio jurídico visa apurar o sentido da declaração de vontade manifestada pelas partes.
- (D) Tanto os negócios jurídicos unilaterais como os bilaterais são suscetíveis de celebração com reserva mental.
- 80.** Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) há perda da propriedade.
- (B) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
- (C) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
- (D) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
- 81.** Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, é correto afirmar:
- (A) efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- (B) o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- (C) a confusão só pode verificar-se a respeito de toda a dívida.
- (D) a sub-rogação é convencional em favor do credor que paga a dívida do devedor comum.
- 82.** Com relação ao erro, dolo e coação, é correto afirmar que
- (A) o erro accidental, ou sanável, é o que diz respeito a qualidades essenciais ao objeto da declaração ou da pessoa a quem se refira a declaração de vontade.
- (B) na coação física (*vis absoluta*) o negócio jurídico é nulo ou inexistente em razão da ausência de manifestação de vontade.
- (C) se as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anulação do negócio jurídico.
- (D) a coação também se caracteriza pela ameaça de um mal impossível ou remoto.
- 83.** Quanto ao negócio jurídico, é correto afirmar:
- (A) negócio jurídico unilateral é o que cria obrigações para apenas uma das partes.
- (B) em nenhuma hipótese o silêncio pode ser considerado como manifestação de vontade.
- (C) a reserva mental no negócio jurídico encerra a manifestação de vontade pelo declarante sem correspondência com sua vontade real, com o fim de enganar ou iludir o declaratório.
- (D) a boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico não têm relevância para sua interpretação.
- 84.** “A” é devedor de “B” quanto à entrega de uma tonelada de laranjas. “B” é devedor de “A” quanto ao pagamento de R\$ 10.000,00 de dívida a vencer em trinta dias. Antes do vencimento da obrigação da qual “B” é devedor, “A” e “B” convencionam a extinção das obrigações por compensação. Nesse caso,
- (A) é incabível a compensação em razão das prestações não serem da mesma natureza, donde não são fungíveis entre si.
- (B) não será possível a compensação pelo fato de uma das dívidas não estar vencida.
- (C) haverá extinção das obrigações por imputação em pagamento.
- (D) haverá a extinção das obrigações por compensação convencional.
- 85.** Com relação à cláusula penal e arras, é correto afirmar:
- (A) as arras têm natureza acessória, ao passo que a cláusula penal tem caráter de obrigação principal.
- (B) as arras confirmatórias estabelecem entre as partes o direito de arrependimento.
- (C) as arras, para sua eficácia, dependem da efetiva entrega do bem a outra parte.
- (D) a cláusula penal, por expressa estipulação das partes, pode superar o valor da obrigação principal.
- 86.** “A” realizou a doação pura de um veículo em favor de “B”. Uma semana após a tradição do bem, ele passou a apresentar problemas relevantes no motor, decorrentes de vício oculto existente antes da celebração do contrato. Nesse caso,
- (A) “B” poderá pedir a rescisão do contrato por meio da ação redibitória.
- (B) “B” poderá requerer perante “A” o valor equivalente ao pagamento do conserto do motor do veículo, por meio da ação estimatória.
- (C) não cabe ação de rescisão do contrato por vício redibitório.
- (D) “B” poderá requerer a rescisão do contrato por meio da ação redibitória ou o valor equivalente ao conserto do motor do veículo pela ação estimatória, a sua escolha.



## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado

- (A) julgará o processo extinto, sem resolução do mérito.
- (B) suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- (C) suspenderá o processo e nomeará curador especial à parte processualmente incapaz.
- (D) se em grau de recurso, deverá devolver os autos ao 1º grau de jurisdição para a correção do vício.

88. A gratuidade da Justiça compreende

- (A) os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial, ainda que não decorrentes do processo judicial no qual o benefício foi concedido.
- (B) os honorários advocatícios contratados com seu advogado.
- (C) os honorários de seu assistente técnico.
- (D) o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para a instauração da execução.

89. A respeito da penhora de imóvel, leia as afirmações a seguir:

I - será realizada por termo nos autos, quando o imóvel estiver localizado na comarca do processo e o exequente apresentar certidão da respectiva matrícula.

II - recaindo a penhora sobre bem imóvel indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

III - a inscrição da penhora no cartório de registro imobiliário competente constitui presunção relativa de conhecimento por terceiros.

IV - da penhora deverá ser o cônjuge do executado intimado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.

90. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, dentre elas

(A) as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens móveis, desde que não excedam oitenta salários-mínimos.

(B) as causas cujo valor não exceda oitenta salários-mínimos e a execução dos seus julgados.

(C) as causas cujo valor não exceda quarenta salários-mínimos e as ações de despejo por denúncia vazia, qualquer que seja o seu valor.

(D) as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens imóveis, estas desde que seu valor não exceda quarenta salários-mínimos.

## DIREITO PENAL

91. Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz **não** poderá determinar

(A) a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

(B) a suspensão das proclamações conferidas pela ofendida ao agressor.

(C) a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.

(D) a anulação dos atos e contratos relativos à venda, compra e locação do patrimônio em comum.

92. Especificamente em relação aos crimes contra o patrimônio, a isenção de pena e a ação penal condicionada à representação, contempladas, respectivamente, nos artigos 181 e 182, ambos do Código Penal, aplicam-se:

(A) ao estranho que participa do crime.

(B) quando haja emprego de grave ameaça à pessoa.

(C) se o agente comete o crime em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal e/ou se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

(D) se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

93. Em matéria de competência em Direito Processual Penal, é lícito afirmar que

(A) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

(B) nos casos de ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do querelado, ainda que conhecido o local da infração.

(C) não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.

(D) quando o último ato da execução for praticado fora do território nacional, será competente o foro do domicílio ou residência do réu.



## DIREITO COMERCIAL

**94.** Sobre o cheque, é correto afirmar que

- (A) o cheque é transmissível por via de endosso, total ou parcial.
- (B) a assinatura do emitente do cheque deve ser de próprio punho, sendo vedada a utilização de chancela mecânica ou processo equivalente.
- (C) a morte do emitente do cheque ou sua incapacidade superveniente à emissão invalida os efeitos do cheque.
- (D) as obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.

**95.** Para o Código Civil, o empresário é

- (A) equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- (B) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- (C) um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.
- (D) o sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.

**96.** A inabilitação para o exercício da atividade empresarial decorrente da condenação por crime previsto na Lei nº 11.101/2005:

- (A) é efeito automático da sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.
- (B) deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.
- (C) é efeito automático da sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.
- (D) deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.

**97.** Segundo o Código Civil, é correto afirmar que

- (A) o empresário individual casado pode alienar bens imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.
- (B) o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens móveis empregados na atividade empresarial se o regime for de comunhão.
- (C) é necessário examinar o contrato social para verificar se o empresário individual casado necessita de anuência do cônjuge para alienar bens integrantes do ativo imobilizado.
- (D) o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens imóveis empregados na atividade empresarial, caso o capital não esteja integralizado.

**98.** Entende-se por propriedade industrial

- (A) repressão à concorrência, registro de invenção e de marca notória.
- (B) patentes de invenção, registro de marca e de desenho industrial.
- (C) clientela, patentes de invenção e desenho industrial.
- (D) concessão de modelo de utilidade, direitos autorais do empresário e clientela.

**99.** O administrador de sociedade empresarial

- (A) pode ser pessoa física maior e capaz, desde que seja sócio com mais de dez por cento do capital.
- (B) pode ser incapaz, desde que representado por seu responsável e seja titular de quota integralizada.
- (C) pode ser pessoa física maior e capaz, sócio ou não.
- (D) não pode ser designado fora do contrato social por documento à parte.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**100.** A respeito de Thomas Mann, é correto afirmar:

- (A) famoso poeta, filósofo e escritor que, ao lado de Schiller, Wieland e Herder, fez parte do denominado "Classicismo de Weimar".
- (B) célebre romancista, recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1929 e, dentre suas inúmeras obras, pode-se destacar *A Morte em Veneza*.
- (C) grande dramaturgo, autor da famosa peça *Guilherme Tell*, que versa sobre a luta vitoriosa dos suíços na Idade Média contra a tirania e pela liberdade.
- (D) renomado escritor, conhecido por suas reflexões filosóficas, recebeu grande influência do dinamarquês Soren Kierkegaard e foi autor da célebre obra *O Estrangeiro*.

### Versão 1 (GABARITO)

1 - D	2 - B	3 - D	4 - B	5 - C	6 - A	7 - C	8 - A	9 - D	10 - C
11 - A	12 - D	13 - B	14 - D	15 - B	16 - C	17 - D	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - B	23 - B	24 - B	25 - C	26 - A	27 - B	28 - C	29 - B	30 - C
31 - D	32 - A	33 - B	34 - D	35 - A	36 - C	37 - B	38 - A	39 - D	40 - D
41 - B	42 - C	43 - A	44 - B	45 - A	46 - D	47 - A	48 - C	49 - C	50 - A
51 - C	52 - D	53 - B	54 - A	55 - C	56 - A	57 - D	58 - B	59 - A	60 - B
61 - D	62 - A	63 - C	64 - D	65 - B	66 - C	67 - C	68 - A	69 - D	70 - C
71 - A	72 - B	73 - B	74 - D	75 - C	76 - A	77 - B	78 - B	79 - D	80 - A
81 - B	82 - B	83 - C	84 - D	85 - C	86 - C	87 - B	88 - D	89 - A	90 - D
91 - D	92 - C	93 - B	94 - D	95 - B	96 - D	97 - A	98 - B	99 - C	100 - B



## DICOGE

### DICOGE 1.1

#### COMUNICADO CG Nº 602/2018

#### PROCESSO Nº 2010/86621 – BRASÍLIA/DF – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E OUTROS

A Corregedoria Geral da Justiça **SOLICITA** aos MM. Juizes Corregedores Permanentes das unidades extrajudiciais **vagas** do Estado de São Paulo, que até o 20º dia útil do mês informem à Corregedoria Geral da Justiça, através de ofício enviado por e-mail endereçado à **dicoge@tjsp.jus.br**, qual delas apresentou ou não o excedente de receita estipulado pelo CNJ no mês de **MARÇO/18** (conforme rr. parecer e decisão publicados no Diário da Justiça Eletrônico do dia 09/08/2010, fls. 16/18).

Em caso positivo, ou seja, se houver excedente de receita, **o Juízo Corregedor Permanente** deverá comunicar o valor, sendo o ofício instruído com cópia da guia de recolhimento devidamente paga e com o balancete no modelo instituído pelo CNJ ou deverá informar se a unidade estiver amparada por liminar e, portanto, isenta de recolhimento (um ofício para cada unidade extrajudicial vaga).

Em caso negativo, ou seja, se não houver excedente de receita, **o Juízo Corregedor Permanente** também deverá comunicar o fato (um ofício para cada unidade extrajudicial vaga).

**COMUNICA, finalmente**, que serão divulgados modelos dos referidos ofícios através do *e-mail* dos Diretores das unidades judiciais.

### CONCURSO EXTRAJUDICIAL

#### 11º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### EDITAL Nº 05/2018 – IMPUGNAÇÕES ÀS QUESTÕES DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 11º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador Márcio Martins Bonilha Filho, **FAZ SABER** que foram recebidas e apreciadas as seguintes impugnações às questões das provas de seleção do referido certame (obs.: os candidatos que apresentaram mais de um recurso tiveram todos juntados no mesmo processo):

#### TABELA I

CANDIDATOS	PROCESSO Nº
ADILSON APARECIDO SENISE DA SILVA	2018/45867
ALBERTO RODRIGUES FREIRE	2018/46188
ALEXANDRE LUIZ LUCCO	2018/45839
ALFREDO LUIS PAPASSONI FERNANDES	2018/46420
ALI NASSER HUDA	2018/45887
ALINE BERTELLINI	2018/46454
ANA CAROLINA DEGANI DE OLIVEIRA	2018/46159
ANA FLAVIA VARNIER GOMES	2018/46110
ANDRÉ MACHADO DE SOUZA	2018/46196
ANDRÉ PRUDENTE EDDINE	2018/45835
ANDREA SALES SANTIAGO SCHMIDT	2018/46191
ANGELA EMILIA TOSI BORGES	2018/46194
ANIZ EDUARDO BONEDER AMADEI	2018/45831
ARTUR SILVA DE AGUIAR	2018/45828
BEATRIZ CHRISTINE MOTTA BECK	2018/45806
BRENNO BIRCKHOLZ DA SILVA	2018/46241
BRUNA DA SILVA BRANDINI	2018/45817
BRUNO CARPANEDA SCHMIDT	2018/45810
CAIO PACCA FERRAZ DE CAMARGO	2018/46287
CAMILA COSTA XAVIER	2018/45793
CAMILA GIBBA GOMES	2018/46235
CARLOS EDUARDO VILALTA FERREIRA	2018/46113
CAROLINA MADEIRA QUARANTA	2018/46292
CHARLES WILLIAN BENDLIN	2018/46239
CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO	2018/46106
CLEURISMALDO MARTINS DA SILVA	2018/46102
COPERNICO FERRAZ DE CAMARGO JÚNIOR	2018/46184
CRISTIANE ODORIZZI	2018/46101
DAIANA FLORES	2018/46294
DANIEL ANDRÉ PAGAN RIBEIRO	2018/46237
DANIEL MONTEIRO NEVES	2018/46111
DANIEL RAMELLA MUNHOZ	2018/46293



DANIELA CRISTINA LOBO FERREIRA	2018/46104
DANIELLE BORTOLOTO DA SILVA	2018/46103
DANNIEL LIBRELON PIMENTA	2018/46154
DEBORA LUIZA DA LUZ	2018/46425
DELSON LUIZ BASTOS FERRO	2018/46430
DELZI MAGDA GIMENEZ	2018/46105
DENILVAN NASCIMENTO SANTIAGO	2018/45939
DENISE LUCIO TAVELA	2018/45925
DIANA SOFIA PIECHOCKI WANDERLEY	2018/46153
DIOGO DANTES LODI ANDRADE	2018/45991
EDSON SILVA TRINDADE	2018/46146
EDSON VANDERLEI DE SOUZA	2018/46386
EDUARDO DE ALMEIDA BARBOSA PIRES DO COUTO	2018/45988
EDUARDO FRANCO CANDIA	2018/46133
EDUARDO MARTINES JÚNIOR	2018/46334
EDUARDO TELLES SCHERER	2018/46230
ELIANA BARBOSA PRETTE	2018/46349
EMANOEL CAMARAO QUEIROZ	2018/46365
EMERSON DE GODOI	2018/46212
FABIANA APARECIDA CANUTO FILGUEIRAS	2018/46182
FABIANE SANTOS DA SILVA	2018/46229
FABIO DE FARIA LEÃO	2018/46117
FELIPE DE SOUZA PINTO	2018/46203
FELIPE MARTINS DA CRUZ NETO	2018/46181
FERNANDA LOURES DE OLIVEIRA	2018/46198
FERNANDO MARTINS BONILHA FILHO	2018/46451
FILIPE CARVALHO PEREIRA	2018/46158
FILIPE FERNANDES DIAS TOMAZONI	2018/45912
FLAVIA DE OLVEIRA DIAS FONSECA	2018/45905
FLAVIA RODRIGUES ROMANO	2018/46195
FLAVIO BARTOLI DA SILVA JÚNIOR	2018/45895
FRANCISCO DE ASSIS MELO FILHO	2018/45899
GABRIEL TARSITANO RIBEIRO	2018/45914
GABRIELA LUIZA RODRIGUES COSTA	2018/45983
GABRIELA MARIA DE OLIVEIRA FRANCO	2018/45920
GEOVANIA DE FREITAS VENTURIN	2018/45941
GEOVANNI DE SOUZA PROCOPIO	2018/45949
GIOVANI MARCELO TOMIO	2018/45981
GUILHERME COSTA DE CAMARGO BARROS	2018/45976
GUILHERME STREIT CARRARO	2018/45954
GUSTAVO DE REVOREDO PUGSLEY	2018/46180
GUSTAVO OLIVEIRA DE SÁ E BENEVIDES	2018/46179
HELEN GOULART MAGALHÃES DA FONSECA	2018/45819
HUMBERTO CIUFFI RODRIGUES FILHO	2018/45896
IGOR JACOBSON	2018/46475
IVAN JACOPETTI DO LAGO	2018/46249
IZABEL CRISTINA D'AVILA BARCELLOS	2018/46439
IZAIAS GOMES FERRO JÚNIOR	2018/45788
JACKS RODRIGUES FERREIRA FILHO	2018/46450
JOÃO CARLOS SANTOS DA ROSA FABIAO	2018/45834
JOÃO DE DEUS MOREIRA CALHEIROS JÚNIOR	2018/46245
JOÃO PAULO MARTINS MAGALHÃES	2018/46186
JORGE AUGUSTO RIBEIRO BRESSAN	2018/45877
JORGE RACHID HABER NETO	2018/46426
JOSÉ ACÁCIO JULIAN	2018/45885
JOSÉ LUCAS RODRIGUES OLGADO	2018/46187
JOSÉ MAURÍCIO SAMPAIO CASTRO	2018/45843
JOSIMAR JOSÉ DA SILVA	2018/45785
JULIA ROSSETI PICININ ARRUDA VIEIRA	2018/45840
JULIANA ALVES MIRAS BARROS	2018/45790
JULIANA FRIEDRICH FARAJ ROMAGNA GRASSO	2018/46306
JULIANA RODRIGUES ZANCHETTA	2018/46444
JULIANA SAVIAN BARRATELI	2018/45776
JULIANO JUNG	2018/45764
KAREEN ZANOTTI DE MUNNO	2018/46388
KENDI FELIPE YAMAMOTO	2018/45777
LEANDRO JOSÉ MEIRELES E SILVA	2018/46297



LEIA FERNANDA DE SOUZA RITTI RICCI	2018/46145
LEONARDO BARROSO COUTINHO	2018/45864
LEONARDO GOMES PEREIRA	2018/45870
LEOPOLDINA TAMELLY SIDOLLY DE OLIVEIRA	2018/46149
LETICIA ARAUJO FARIA	2018/46330
LUCAS DOS SANTOS PAVIONE	2018/46156
LUCAS HENRIQUE ALVES VELLASCO	2018/46151
LUCAS MARTINS DE OLIVEIRA	2018/46327
LUCAS PALHANO DE ALBUQUERQUE	2018/46298
LUCAS SHIGUERU FUJIIKE	2018/46143
LUCIANA PFEILSTICKER SOUSA SANTOS	2018/46126
LUCILA PAULA CRUZ CARVALHO	2018/46135
LUIS ALBERTO DEGANI DE OLIVEIRA	2018/46140
LUIZ FERNANDO CLAUDINO BUENO	2018/46157
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARNEIRO	2018/46500
MAISA DEL VALLE DA SILVA	2018/46185
MARCELA VIEIRA MARCONI	2018/46286
MARCELE XAVIER DE OLIVEIRA FAVARON	2018/46122
MARCELO BENTO BRUM MARINHO	2018/46118
MARCELO MAURICIO BARBOSA ARSENIO	2018/46314
MARCIA TAVARES GROSSI BRANCO	2018/46285
MARCIELLY GARCIA GIBIN	2018/46097
MARCIO ALVES DE ALMEIDA	2018/46100
MARCIO EIDI SUNAKOZAWA	2018/46317
MARCIO RODRIGUES GAMA	2018/45984
MARCO ANTONIO COSTA E SOUZA	2018/45873
MARCO ANTONIO RIBEIRO FACCHINI	2018/45888
MARCO ANTONIO RIBEIRO TURA	2018/46289
MARCO ANTONIO TAVELA	2018/46189
MARCO ANTONIO ZANELLA DUARTE	2018/45866
MARCOS ANTONIO BUENO	2018/46296
MARCOS CLARO DA SILVA	2018/45910
MARCOS FELIX DE OLIVEIRA	2018/45922
MARFISA OLIVEIRA CACAU	2018/46107
MARIA DA PENHA EMERLI MADEIRA	2018/46302
MARIA LUZIA DA FONSECA	2018/45915
MARIANGELA DE FÁTIMA ARIOSI	2018/46172
MARILIA FERREIRA DE MIRANDA	2018/46173
MAURECI MARCELO VELTER JÚNIOR	2018/46170
MILENA CEZE GULLA HATANAKA	2018/46291
MILTON FLAVIO CORREA FILHO	2018/46183
MOACYR PETROCELLI DE AVILA RIBEIRO	2018/46541
NAYARA CANDOTTI SANTANA	2018/46527
PALLOMA LAISA DE SOUSA DOURADO DE OLIVEIRA	2018/46171
PATRICIA DE BATTISTI ALMEIDA	2018/46508
PATRICIA KUFA	2018/46169
PATRICIA PEREIRA LIMA	2018/46488
PATRICK EDUARDO DA COSTA	2018/46290
PAULA BARALDI ARTONI	2018/46167
PAULA CECILIA DA LUZ RODRIGUES	2018/46168
PAULO RIBEIRO	2018/46266
PAULO TIAGO PEREIRA	2018/46166
PEDRO RAMOS DA SILVA JÚNIOR	2018/46162
PRISCILA LUISA PROBST	2018/46163
PRISCILLA MENDONÇA WAGNER	2018/46525
RAFAEL ANTONIO CASTRO MARQUES	2018/46164
RAQUEL DAYRELL VALADARES PEREIRA	2018/46519
RENAN ZUCCHI	2018/46299
RENATA GOMES PAIVA VISCONTI	2018/45814
RENATA HONORIO FERREIRA CAMARGO VIANA	2018/46231
RENATO SIDNEY DELAVIA	2018/46201
RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS CATELAN YANO	2018/45795
RICARDO HENRIQUE ALVARENGA CUNHA	2018/46160
RICARDO MENDES VILLAFANE GOMES	2018/46240
RICARDO TADEU DIAS ANDRADE	2018/46174
RODRIGO BARBOSA OLIVEIRA E SILVA	2018/46260
RODRIGO FERACINE ALVARES	2018/46115



RUBENS RAPHAEL TRANIN DE PAULI	2018/46238
RUI GUSTAVO CAMARGO VIANA	2018/45950
RUTH ARAUJO VIANA	2018/46435
SAVIO RODRIGO ANTUNES DOS SANTOS ROSA	2018/45979
SERGIO JULIAN ZANELLA MARTINEZ CARO	2018/46325
SERGIO LUIZ BARBOSA SILVA	2018/46441
SHALOM EINSTOSS GRANADO	2018/45975
SHIRLEY GRAZIELY MOTA BRANDÃO SILVA	2018/45860
TACIANA AFONSO RIBEIRO XAVIER DE CARVALHO	2018/46176
TALITA CRISTINA DE CASTRO CRUZ	2018/46246
TATIANA GALARDO AMORIM DUTRA SCORZATO	2018/45802
TAYSA PACCA FERRAZ DE CAMARGO	2018/46109
THAIS FREITAS PEREIRA DE MELO AIROLDI	2018/45797
THIAGO ANSELMO GUIMARÃES	2018/45933
THIAGO CORTES REZENDE SILVEIRA	2018/46432
THIAGO OLIVEIRA PEREIRA	2018/46197
THIERRY DE CARVALHO FARACCO	2018/46322
VERUSCA ROSINA MIGOTO NUNES	2018/46288
VICTOR NOVAIS BURITI	2018/46243
VITTORIO BERTOLIN DA SILVEIRA	2018/46175
VIVIAN PEREIRA LIMA	2018/46200
WANDERLEI MARQUES ZAMFORLIN NETO	2018/45800
YARA COSTA TORQUATO	2018/46300
YASMINE COELHO KUNRATH	2018/46108

Nos processos da **TABELA I** foi proferida a seguinte **DECISÃO**: Impugnação indeferida, conforme deliberação da Comissão de Concurso constante da Ata nº 11/2018, cujo original está juntado no Proc. 2017/230356 (piloto do 11º Concurso). Publique-se esta decisão e arquite-se. SP, 28/03/2018, (a) **MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO**, Desembargador Presidente da Comissão do 11º Concurso.

#### TABELA II

CANDIDATOS	PROCESSO Nº
ADRIANO LORIERI RIBEIRO FURTADO	2018/45844
ANDRÉ BORGES DE CARVALHO BARROS	2018/45807
BRUNO LEANDRO SIMÃO	2018/46112
CARLOS FERNANDO PRETTO REIS	2018/46233
CLAUDIA ROSA DE MEDEIROS	2018/46295
DAYANE AMIRATI	2018/46449
FABIA SOUSA PRESSER	2018/46114
FERNANDO MAURO DE SIQUEIRA BORGES	2018/46099
FREDERICO OCTAVIANO NOGUEIRA	2018/46178
JOSÉ HERMÍNIO DOS SANTOS FUNICELLI	2018/45830
LUCAS NICOLATTI ALVES PINTO	2018/46142
LUIS GUSTAVO BELMONTE	2018/46124
LUIS RAMON ALVARES	2018/46537
LUIZ CARLOS ALVARENGA	2018/46496
MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA	2018/46121
MARCIAL LUIS ZIMMERMANN	2018/46333
OTONIEL ROBERTO DOS SANTOS	2018/46257
PATRICIA GASPERINI FARIA SALIBA	2018/46486
PAULO VITOR ORLANDI DE LIMA	2018/46165
RAFAEL GIL CIMINO	2018/46521
RICARDO FRANCIS	2018/46161
SERGIO DE ARRUDA COSTA MACEDO	2018/46234
VIRGINIA VIANA ARRAIS	2018/46301
VLADIMIR SEGALLA AFANASIEFF	2018/46177

Nos processos da **TABELA II** foi proferida a seguinte **DECISÃO**: Impugnação parcialmente deferida, conforme deliberação da Comissão de Concurso constante da Ata nº 11/2018, cujo original está juntado no Proc. 2017/230356 (piloto do 11º Concurso). Publique-se esta decisão e arquite-se. SP, 28/03/2018, (a) **MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO**, Desembargador Presidente da Comissão do 11º Concurso.



**FAZ SABER, AINDA**, que foram **ANULADAS AS QUESTÕES 83 - CRITÉRIO PROVIMENTO E 80 – CRITÉRIO REMOÇÃO**, conforme segue:

### **QUESTÃO Nº 83 - PROVIMENTO**

#### **(VERSÃO 01)**

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
  - (B) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.
  - (C) encerra a noção do vínculo real a que se prende.
  - (D) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.

#### **(VERSÃO 02)**

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) encerra a noção do vínculo real a que se prende.
  - (B) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
  - (C) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
  - (D) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.

#### **(VERSÃO 03)**

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.
  - (B) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
  - (C) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
  - (D) encerra a noção do vínculo real a que se prende.

#### **(VERSÃO 04)**

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
  - (B) encerra a noção do vínculo real a que se prende.
  - (C) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.
  - (D) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.

### **QUESTÃO 80 – REMOÇÃO**

#### **(VERSÃO 01)**

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) há perda da propriedade.
  - (B) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
  - (C) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
  - (D) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

#### **(VERSÃO 02)**

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
  - (B) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
  - (C) há perda da propriedade.
  - (D) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

#### **(VERSÃO 03)**

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
  - (B) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
  - (C) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
  - (D) há perda da propriedade.

#### **(VERSÃO 04)**

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
  - (B) há perda da propriedade.
  - (C) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

(D) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital. São Paulo, 28 de março de 2018.

(a) **MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO** - Desembargador Presidente da Comissão do 11º Concurso

## DICOGE 5.1

### COMUNICADO CG Nº 509/2018

#### REPUBLICADO EM RETIFICAÇÃO QUANTO AO PERÍODO INFORMADO PARA O ENCAMINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES, DEVENDO SER RESPEITADO O PRAZO PREVISTO PARA ENVIO DOS DEMAIS FORMULÁRIOS DO MOVJUD

#### PROCESSO CG Nº 2017/219410

A Corregedoria Geral da Justiça **INFORMA** aos MM. Juizes Corregedores Permanentes dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de São Paulo e aos MM. Juizes das Varas da Infância e da Juventude da Capital, responsáveis pelos trabalhos referentes ao Projeto Paternidade Responsável – 2017 que, em reiteração ao já anteriormente determinado e divulgado através do Comunicado CG nº 2270/2017, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico dos dias 09, 17, 19, 20, 23 e 24/10/2017, conforme estabelecido no Parecer Normativo aprovado nos autos do **Processo CG nº 2006/2387**, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico dos dias 18, 19 e 23/09/2008 e novamente nos dias 23, 25 e 30/09, 06 e 08/10/2009, **o término dos trabalhos deve se dar impreterivelmente até 31/03/2018**. A Corregedoria Geral da Justiça **INFORMA**, novamente, mudança na sistemática para a apresentação dos dados de 2017, razão pela qual ficará disponível a planilha, através do **SISTEMA MOVJUD**, a ser preenchida com os resultados obtidos e encaminhada no período de **01 a 11 de abril/2018**, conforme modelo de tela abaixo descrita (tela 1), observando que o preenchimento é obrigatório e se dará de forma individual por cada unidade judicial, bem como que não serão aceitos relatórios enviados por qualquer outro meio, físico ou eletrônico, os quais serão devolvidos ao remetente, sem análise ou contabilização das informações. Os casos em que a planilha for enviada com a informação "PARCIAL" ou "NÃO REALIZADO" estarão sujeitos à análise deste Órgão, com relação ao descumprimento do prazo previsto no Parecer Normativo acima descrito. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas nos telefones: (11) 3313-5392 ou (11) 3229-7305 – DICOGE 5.1.

## TELA 01

## TELA 02